

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.02.011

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E INOVAÇÃO EDUCACIONAL

Dierone César Foltran Junior¹
Elenice Parise Foltran²

RESUMO

Este estudo investiga a inclusão e inovação mediadas pela ludicidade no projeto LALUPE, que integra ensino, pesquisa e extensão em práticas educativas. Situado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, o LALUPE é também um laboratório lúdico pedagógico, onde futuros profissionais experienciam o aprendizado e a pesquisa, focando na ludicidade e inclusão. O projeto busca aprimorar a formação de futuros professores e desenvolver estratégias para melhorar a aprendizagem dos alunos da educação básica, promovendo interdisciplinaridade e inclusão social. Utilizando a metodologia de pesquisa-ação, o LALUPE implementa iniciativas, incluindo o desenvolvimento de plataformas digitais, jogos educativos, oficinas midiáticas e sistemas de gestão pedagógica. Estas são projetadas para integrar tecnologia e inovação na prática pedagógica. O impacto do LALUPE é evidente na melhoria da formação de professores e acadêmicos e no aprimoramento das práticas educativas, promovendo uma educação mais inclusiva e engajadora. Este estudo confirma a eficácia das abordagens lúdicas e colaborativas na educação, indicando o potencial significativo dessas estratégias na formação de professores e no desenvolvimento educacional dos alunos. Os resultados destacam a importância de práticas inovadoras na educação, sugerindo que a ludicidade e a inclusão podem ser integradas eficazmente para enriquecer a experiência educacional e atender às necessidades de todos os alunos

Palavras-chave: Ludicidade, Inclusão, Tecnologia, Inovação, Formação docente

- 1 Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia. Professor do Departamento de Informática da Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR, dierone@uepg.br
- 2 Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em rede - PROFEI da Universidade Estadual de Ponta Grossa -PR, elenice@uepg.br

INTRODUÇÃO

A inclusão e a inovação no contexto educacional têm se tornado temas centrais nas discussões acadêmicas e políticas públicas, especialmente diante da necessidade de proporcionar uma educação de qualidade que atenda às demandas de uma sociedade cada vez mais diversificada. A educação inclusiva visa garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, promovendo um ambiente de aprendizagem equitativo e acolhedor. Nesse sentido, a ludicidade emerge como uma abordagem pedagógica potente, capaz de engajar os alunos e facilitar a assimilação de conteúdos de maneira significativa e prazerosa.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) tem se destacado na implementação de iniciativas inovadoras que integram inclusão e ludicidade, destacando-se o projeto LALUPE (Laboratório Lúdico Pedagógico). Este projeto representa um esforço interdisciplinar que abarca ensino, pesquisa e extensão, oferecendo aos futuros profissionais da educação a oportunidade de experimentar práticas pedagógicas que valorizam a ludicidade como ferramenta inclusiva. O LALUPE não é apenas um espaço de experimentação pedagógica, mas também um ambiente de desenvolvimento profissional, onde futuros professores podem aplicar e testar estratégias inovadoras, contribuindo para a formação de educadores mais preparados e sensíveis às necessidades de todos os alunos.

O LALUPE busca não apenas melhorar a formação de professores, mas também desenvolver e implementar estratégias pedagógicas que promovam uma educação básica mais inclusiva e eficaz. Entre as iniciativas do projeto, destacam-se o desenvolvimento de plataformas digitais, jogos educativos, oficinas midiáticas e sistemas de gestão pedagógica, todos projetados para integrar tecnologia e inovação à prática pedagógica. Essas ferramentas são essenciais para criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e inclusivo, que atende às necessidades diversificadas dos alunos e facilita a inclusão social.

A metodologia de pesquisa-ação adotada pelo LALUPE permite uma interação constante entre teoria e prática, possibilitando a avaliação e o aprimoramento contínuo das estratégias pedagógicas implementadas. Essa abordagem colaborativa e reflexiva é fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas que realmente respondam às necessidades dos alunos e promovam uma educação inclusiva de qualidade. A pesquisa-ação também

permite a participação ativa dos professores e alunos no processo de inovação, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e melhoria contínua.

Os resultados obtidos pelo projeto LALUPE evidenciam a eficácia das abordagens lúdicas e colaborativas na educação, destacando seu impacto positivo tanto na formação de professores quanto no desenvolvimento educacional dos alunos. As práticas pedagógicas implementadas têm contribuído para a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e engajante, onde todos os alunos têm a oportunidade de se desenvolver plenamente. A ludicidade, quando integrada de forma eficaz às práticas pedagógicas, tem o potencial de enriquecer significativamente a experiência educacional, promovendo o engajamento dos alunos e facilitando a inclusão de todos.

Este estudo visa apresentar as ações e estratégias desenvolvidas pelo projeto LALUPE, destacando suas contribuições para a Educação Inclusiva, para formação de professores e a melhoria das práticas educativas na educação básica. Além disso, busca-se discutir os desafios e oportunidades associados à implementação de abordagens lúdicas e inclusivas na educação, oferecendo subsídios para a criação de ambientes de aprendizagem mais equitativos e inovadores. Em um contexto educacional que cada vez mais reconhece a importância da inclusão e da inovação, o LALUPE representa um exemplo de como essas metas podem ser alcançadas de maneira integrada e eficaz.

Este artigo está organizado em três seções principais. Primeiramente, discute-se a importância da inclusão e da inovação na educação, destacando a relevância da ludicidade como abordagem pedagógica. Em seguida, apresenta-se o contexto e os objetivos do projeto LALUPE. Por fim, discorre-se sobre as principais iniciativas, metodologias e contribuições do projeto para a educação inclusiva.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO E DA INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO

O reconhecimento das crianças com deficiências como sujeitos de direito à educação escolar e ao conhecimento formal é um tema amplamente debatido atualmente, impulsionado por políticas que visam romper as barreiras e valorizar as diferenças.

Historicamente, as concepções sobre as pessoas com deficiência variaram significativamente. Apenas no século XX, com o desenvolvimento de estudos e políticas voltadas para as pessoas com deficiência, a ideia de educação

inclusiva começou a ganhar espaço. No Brasil, esse processo de educação inclusiva ocorreu de maneira fragmentada e, ao longo da história, as políticas foram sendo estendidas a todos os tipos de deficiências.

Na década de 1990, a promulgação da Lei n.º 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que obriga os pais e responsáveis a matricularem seus filhos na rede regular de ensino, promoveu o contato diário entre alunos de diferentes perfis. Ademais, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) afirma que a escola regular é um dos meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias e promover a inclusão, marcando novos rumos para a educação em uma perspectiva inclusiva.

Os princípios expressos na Declaração de Salamanca estabelecem que toda criança tem direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de atingir e manter um nível adequado de aprendizagem. A declaração destaca que os sistemas e programas educacionais devem ser projetados para atender à diversidade de características e necessidades dos alunos. Assim, a inclusão em escolas comuns é vista como a melhor maneira de combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras e alcançar a educação para todos (UNESCO, 1994).

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial, lançada em 1994, orientou o acesso às classes comuns do ensino regular para alunos com deficiências, para que pudessem participar, acompanhar e desenvolver as atividades curriculares junto com os demais alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) n.º 9.394/96 ratificou esse preceito ao definir a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A LDBN também sustenta, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de educação especial, prevendo atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que a integração nas classes comuns não for possível (BRASIL, 1996).

Posteriormente, o Decreto n.º 3.298, de 1999 (Brasil, 1999), definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando sua complementaridade ao ensino regular. Em complemento, a Resolução n.º 2, de 2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica (CNE/CEB), determinou que as escolas deveriam matricular todos os estudantes e se organizar para o atendimento necessário.

Em consonância, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, regulamentado pela Lei n.º 10.172/2001, destacou a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana como um grande avanço. Para cumprir as metas do PNE 2001, a Resolução CNE/CPC n.º 1, de 2002, recomendou que as instituições de ensino superior incluíssem em seus currículos a formação docente voltada à atenção à diversidade e às especificidades dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2002).

Em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial para incluir no ensino regular pessoas com deficiência, aprovada por meio de Emenda Constitucional com embasamento na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, visando garantir a inclusão escolar, visto que a escola é a primeira socializadora de todas as crianças, local onde estas se aproximam de outros que não fazem parte de seu núcleo familiar.

Kassar (2011, p. 71) destaca que sob a égide dos documentos internacionais e nacionais e de um conjunto de políticas sociais, “um discurso de ‘educação inclusiva’ toma corpo no país, de modo que profissionais que atuavam na Educação Especial passam, pouco a pouco, a utilizar o termo ‘inclusão’ no lugar da bandeira da ‘integração.’”

Com a proposta de aplicação prática ao campo da educação a partir de um movimento mundial denominado “Inclusão Social”, surge o termo “Educação Inclusiva”. Para Nascimento (2014, p. 18), “o movimento pela Educação Inclusiva significa uma crítica às práticas marginalizantes encontradas no passado, inclusive as da própria Educação Especial.”

Ademais, segundo Lima (2006), o ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, embora o contemple. A educação especial nasceu a partir de uma proposta de educação para todos, independente da origem social de cada um. A escola inclusiva, juntamente com uma sociedade inclusiva, reflete-se em encontros internacionais, por meio de grupos que reivindicavam seus direitos sociais.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiências diversificadas: intelectual, física, surdos, cegos, com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior.

Kassar (2011, p. 73) também destaca que a política de “Educação Inclusiva” se materializa com a constituição de um conjunto de programas e ações, tais como:

Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial” e “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado”, que atendem à formação continuada de professores, prioritariamente na modalidade à distância; “Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social” (BPC), que realiza acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência nas escolas dos alunos beneficiários do BPC, até 18 anos; “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”; “Escola Acessível”, para adaptação arquitetônica das escolas; “Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”; “Programa Incluir.

Esses programas se traduzem na condução de uma perspectiva de educação inclusiva, o que implica uma mudança nos valores da educação tradicional, exigindo o desenvolvimento de novas políticas e a reestruturação das práticas, políticas e cultura vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos.

Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 19) afirma que o mais relevante no conceito de inclusão escolar é que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.” E Cunha (2015, p. 69), acrescenta que “incluir é muito mais que inserir. Além de tudo, é preciso dar condições de permanência e possibilidade de desenvolvimento da aprendizagem, maximizando, assim, suas potencialidades.”

Portanto, a inclusão escolar é um processo contínuo que envolve a reestruturação das práticas, políticas e cultura escolar para responder à diversidade dos alunos. Esta transformação deve afastar o pensamento excludente e adotar novas estratégias de ensino que maximizem as potencialidades de todos os alunos. A inclusão não consiste apenas em matricular alunos com deficiência em classes regulares, mas em proporcionar condições para o seu desenvolvimento acadêmico e social, respeitando suas peculiaridades de aprendizagem.

Por fim, ambientes inclusivos são benéficos não apenas para os alunos com deficiência, mas para toda a comunidade escolar. A diversidade enriquece o ambiente escolar culturalmente, proporcionando novas aprendizagens e promovendo a igualdade de oportunidades. A inclusão ajuda a desenvolver

habilidades de interação social, compreensão e respeito às diferenças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ainda abordando sobre ambientes inclusivos e propícios para a aprendizagem, cabe destacar que a escola está inserida em uma sociedade caracterizada por constantes mudanças, as quais se voltam para processos de aprendizagem inovadores. Para Cunha (2008), apesar de discutir sobre o ensino superior, faz um importante apontamento sobre a inovação, destacando que ela não está apenas relacionada ao campo da prática. Ela pressupõe a mudança na forma de compreender o conhecimento, reconfigurando-o para além das regularidades que a modernidade impõe.

Tavares (2019) em um estudo bibliográfico sobre o conceito de inovação em educação, percebe que a inovação é entendida sob quatro perspectivas: como algo positivo a priori, como sinônimo de mudança e reforma educacional, como modificação de propostas curriculares e como alteração de práticas educacionais costumeiras em um grupo social. Desta forma, concluiu que o conceito de inovação detém uma ampla rede de significados que estão vinculados às diferentes concepções epistemológicas e ideológicas acerca do processo educativo.

Nesta pesquisa, acredita-se na concepção de inovação como a introdução de novas ideias, métodos, ferramentas e práticas pedagógicas que visam melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, ela envolve uma reavaliação constante das práticas pedagógicas, incorporando abordagens que respondam às necessidades diversificadas dos estudantes, ou conforme defende Veiga (2003, p. 268) apud Tavares (2019, p. 9) uma inovação emancipatória, ou seja, aquela que “é concebida como uma ação que ultrapassa as questões meramente técnicas, que conta com uma maior articulação com os saberes locais e que deslegitima as forças institucionais”. [...] “Inovação só tem sentido se a preocupação fundamental for melhorar a qualidade da educação para que “todos aprendam mais e melhor” (Veiga, 2003, p. 268) apud (Tavares, 2019, p. 9).

Oliveira e Pletsch (2022, p. 615) destacam que inovar envolve concepção e prática.

[...] quando pensamos em inovação e acessibilidade educacional para o público da Educação Especial, defendemos que esta requer uma metodologia de ensino que contemple a pluralidade cognitiva presente em sala de aula e as trocas inter pares, afetando de maneira significativa as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Nesta linha, Ainscow (1998, p.34) já afirmava que a mudança exigida por processos de inovação, “especialmente quando ela implica pessoas que são levadas a adotar novas maneiras de pensar e de agir, é difícil e morosa”.

Neste sentido, o trabalho do professor e a sua formação deve incidir sobre a forma como as crianças e jovens fazem as aprendizagens específicas para que os professores saibam planejar percursos diversificados de acesso aos conhecimentos.

Leite (2016, p.6) em análise da formação docente portuguesa destaca que é importante que a:

iniciação à prática profissional decorra em contextos inclusivos, para que os futuros professores se habituem a trabalhar em situações educativas com todo o tipo de crianças e jovens e não se sintam inseguros e perplexos quando têm que lidar com aqueles que, de algum modo, não cabem no estereótipo do aluno-padrão.

A autora salienta também que o contato direto com alunos com deficiência e as experiências de ensino em turmas inclusivas reduzem as preocupações dos futuros professores face às diferenças e são fatores determinantes para a aceitação da inclusão, para o empenho no trabalho com estes alunos e para o apoio efetivo à sua progressão escolar.

Partindo dessa permissão, propiciar contextos de formação docente no interior das instituições de ensino superior alicerçadas na ludicidade, por meio de projetos extensionistas, se mostra como uma ferramenta inclusiva e inovadora.

Entende-se que a atividade lúdica, o jogo, é muito importante para a formação da criança e, na escola, este é o espaço no qual a inclusão ocorrerá de forma mais natural, por isso é preciso investir na formação e em práticas sustentadas pela ludicidade, a fim de que a ela se torne uma possibilidade de contribuir para que o processo de inclusão aconteça.

As práticas educativas pautadas na ludicidade devem ser fundamentadas em sólidas bases teóricas e estratégias de ensino bem estabelecidas. Isso é essencial para garantir que sua aplicação seja consciente e contribua para a reflexão e construção de ideias, visando a criação de estratégias de ensino eficazes.

Nessa perspectiva, a ludicidade torna-se um elemento que subsidia o trabalho docente de forma crítica e reflexiva, permitindo ao professor intervir no processo de ensino de todos os estudantes inclusive aqueles com deficiência. O

ensino envolvendo ações lúdicas se aduna à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, por “possibilitar a promoção de modificações no ensino, no qual o centro não está apenas nos conteúdos, mas nas relações prazerosas construídas, ou seja, nas potencialidades que as atividades lúdicas permitem explorar e estabelecer no espaço educacional”.

O lúdico possui um poder transformador ao possibilitar ações de colaboração, tentativas, descobertas, decisões, facilidades, desafios, dinamismo, motivação e expansão da imaginação. Através das brincadeiras, as crianças aprendem e se desenvolvem, realizando descobertas significativas sobre o mundo ao seu redor e, principalmente, sobre si mesmas. Durante a realização dessas, os professores conseguem interpretar as necessidades e desejos dos alunos, conhecer sobre o que pensam, sentem e produzem sobre o mundo ao seu redor (Vigotski, 1988). Assim, é imprescindível que o professor tenha um olhar atento e esteja teoricamente instrumentalizado ao utilizar a ludicidade. Dessa forma, a ludicidade, orienta a elaboração de propostas educativas que facilita a integração, socialização e a inclusão.

PROJETO LALUPE: CONTEXTO E OBJETIVOS

O Projeto de Extensão LALUPE da Universidade Estadual de Ponta Grossa, representa uma iniciativa inovadora e inclusiva no campo da educação. Concebido como um espaço de referência, o LALUPE oferece aos futuros pedagogos a oportunidade de vivenciar situações de aprendizagem, pesquisa e práticas educativas. Este projeto visa integrar de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo um ambiente acadêmico que valoriza a ludicidade como eixo central de suas ações (Foltran, Pisacco e Foltran Jr, 2009, p.27).

Os objetivos do LALUPE refletem o seu compromisso com a formação integral dos futuros professores. Primeiramente, o projeto busca aprimorar a formação dos futuros pedagogos, integrando teoria e prática de maneira efetiva. Essa integração é fundamental para preparar os educadores para os desafios do ensino contemporâneo, capacitando-os a aplicar conhecimentos teóricos em situações práticas reais.

Além disso, o LALUPE proporciona um ambiente diferenciado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, os acadêmicos têm a oportunidade de construir, aprofundar e sistematizar

conhecimentos nas áreas de ludicidade, aprendizagem, inclusão e educação. A ênfase na produção de materiais lúdicos pedagógicos visa não apenas enriquecer a prática docente, mas também promover a Educação Inclusiva de maneira eficaz.

O LALUPE é organizado em cinco áreas principais, cada uma com finalidades específicas que se complementam. A área de Arte foca na criação e desenvolvimento de jogos e materiais pedagógicos direcionados à Educação Básica, podendo ser adaptados, enquanto a área dos Jogos Pedagógicos mantém um acervo de jogos pedagógicos utilizados conforme as etapas do desenvolvimento da criança. A área da Literatura e Faz de Conta possui um acervo de livros infantis, infantojuvenis, gibis e fantasias, utilizados em projetos envolvendo literatura infantojuvenil, teatro, fantasia e contação de histórias. A Área dos Brinquedos concentra-se em projetos que envolvem o brincar espontâneo, associado às etapas do desenvolvimento da criança e sua aplicação pedagógica. Por fim, a área de Formação e Discussão Pedagógica dedica-se ao aprofundamento e sistematização de conhecimentos na área da ludicidade, da inovação, da inclusão e da educação pela prática reflexiva, incluindo planejamento, discussões e avaliações (Foltran, Pisacco e Foltran Jr, 2009, p.27).

Figura 1- LALUPE – LABORATÓRIO LÚDICO PEDAGÓGICO



Fonte: autores

Portanto, a ludicidade é o eixo central das ações do LALUPE, permeando todas as suas atividades e áreas de atuação. A inclusão da ludicidade no processo

educativo não apenas torna a aprendizagem mais prazerosa e significativa, demonstrando ao futuro professor, que a ludicidade facilita a integração e inclusão de alunos com diferentes necessidades e perfis. Os futuros professores são orientados a perceber que a ludicidade também promove a criatividade e o pensamento crítico, estimulando os alunos a explorarem, experimentarem e construir conhecimentos de forma lúdica e interativa.

Este enfoque é particularmente eficaz na promoção da Educação Inclusiva, pois permite que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades educativas, participem ativamente das atividades educativas.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma metodologia de pesquisa-ação para investigar as práticas educativas do projeto LALUPE, focando na inclusão e inovação mediadas pela ludicidade. A escolha da metodologia de pesquisa-ação permitiu uma interação constante entre teoria e prática, essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras. A abordagem colaborativa e reflexiva foi fundamental para ajustar e aprimorar as estratégias utilizadas, promovendo uma educação mais inclusiva e engajadora.

A pesquisa-ação no LALUPE caracteriza-se pela interatividade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta abordagem metodológica abrange tanto a produção quanto a difusão do conhecimento, orientando-se para analisar problemas reais e buscar soluções práticas que promovam transformações úteis para a população. Engel (2000) destaca que a pesquisa-ação é autoavaliativa, permitindo que as modificações introduzidas na prática sejam constantemente avaliadas e aprimoradas ao longo do processo de intervenção.

Os dados foram coletados por meio de observações participativas e análise de documentos produzidos durante as atividades do LALUPE. A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, buscando identificar as contribuições das práticas lúdicas, inovadoras e inclusivas implementadas no projeto. Para este estudo foram analisados 4 (quatro) práticas lúdicas. Os critérios para escolha dessas práticas se deram por serem as mais atuais, envolverem inovações e por atenderem as especificidades da inclusão.

Portanto, a metodologia adotada proporcionou uma visão abrangente das práticas educativas do LALUPE, destacando a importância da ludicidade

como ferramenta de inclusão e inovação na formação de professores e no desenvolvimento educacional dos alunos.

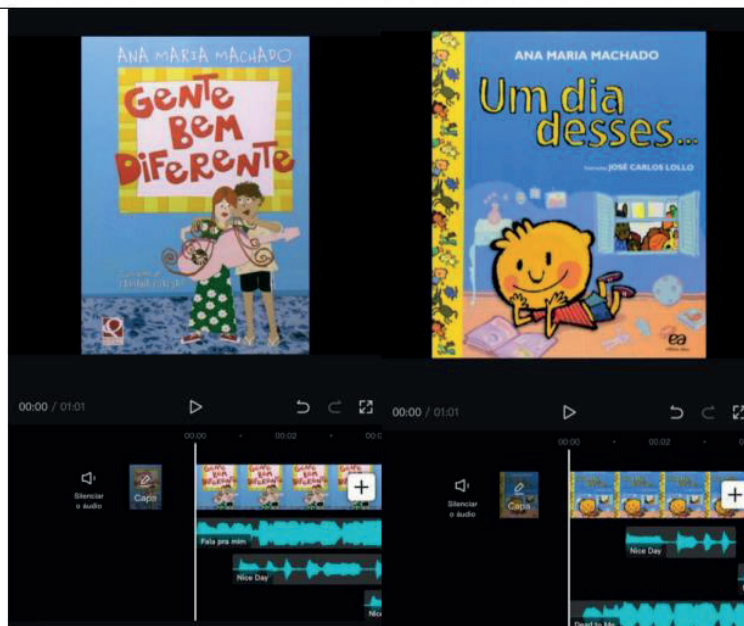
INICIATIVAS E CONTRIBUIÇÕES DO LALUPE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com o intuito de otimizar a utilização do acervo e ainda pela necessidade de adaptação dos materiais para atender tanto os acadêmicos com deficiência que estavam matriculadas no Curso como possibilitar aos futuros professores alternativas para o desenvolvimento de práticas lúdicas inclusivas e ainda em respeito ao entendimento de que a educação se constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados por sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 6), foram desenvolvidas ações que atendessem a essa demanda.

A primeira iniciativa desenvolvida foi a produção do acervo literário em formato de áudio, utilizando a estrutura de podcast para atender aos acadêmicos com deficiência visual que estão matriculadas no Curso, ou seja, pessoas com baixa visão ou cegos que “necessitam de material adaptado para o estudo, uma vez que eles não conseguem fazer uso dos textos convencionais” (Mafort, Ramos & Fernandes-Santos, 2019).

O podcast é um conteúdo de mídia digital, principalmente de áudio, transmitido via RSS. Etimologicamente, a palavra podcast é uma junção de iPod e Broadcast (transmissão via rádio) (Mafort, Ramos & Fernandes-Santos, 2019, p. 7). O podcast pode ser usado de várias formas para abrigar diversos tipos de conteúdo, desde dramatizações ou narrações de livros até a disponibilização da gravação de aulas, sendo este último a modalidade mais usada no ensino superior. Dessa forma, os podcasts elaborados no projeto foram compostos por conteúdos, histórias, poesias presentes nos livros do acervo e disponibilizados para os acadêmicos com deficiência visual.

Figura 2- Adaptação da literatura para Podcast



Fonte: LALUPE

Nos Resultados dessa iniciativa foram obtidos tanto pelo número de obras (audiolivros/podcast) criados quanto pelo feedback fornecido pelos acadêmicos com deficiência visual quanto aos materiais criados. Destacam-se as contribuições da ação pelos acadêmicos:

A1- Os podcasts são essenciais para ter acesso à leitura e despertar o interesse por diversos gêneros, sendo de total importância e acessíveis a todos, o qual o aluno com deficiência tem o acesso ao material da mesma forma que os outros têm, sendo primordial para ter êxito na vida escolar ou acadêmica, assim como os demais alunos.

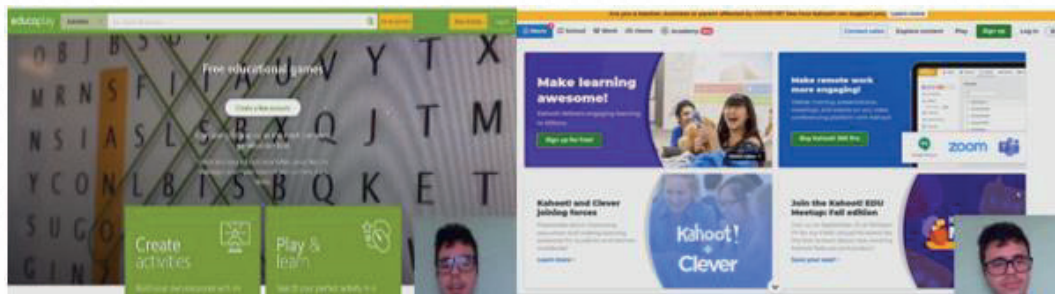
A2- Geralmente a gente que tem deficiência visual aprende mais ouvindo, não é uma regra, porém no meu caso eu acredito que auxilia muito pois eu aprendo muito ouvindo, e em relações a materiais que eu gostaria de pesquisar, essa é uma ferramenta muito válida.

Portanto, a prática realizada contribuiu com o processo inclusão dos acadêmicos com deficiência visual, promovendo o seu direito a aprendizagem e ainda demonstrou o potencial do podcast como recurso inclusivo.

A segunda iniciativa foram Oficinas Digitais, desenvolvidas em colaboração com acadêmicos do curso de Engenharia de Computação e criadas por meio

de recursos e ferramentas digitais de livre acesso e de fácil uso. Uma série de oficinas foram elaboradas no formato de tutoriais e disponibilizados no canal do LALUPE. Com acesso livre a professores e acadêmicos que realizaram as atividades, experimentaram o uso de novas ferramentas e compartilharam suas aprendizagens por meio da avaliação disponibilizada pelo Google Forms.

Figura 3 – Oficinas Tutoriais de utilização de recursos abertos



Fonte: LALUPE

Os resultados dessa prática demonstraram que existem muitas ferramentas de livre acesso para acadêmicos e professores dos cursos dos cursos de licenciaturas. O acesso as tutoriais foram significativos e que por meio das avaliações dos formulários os participantes destacaram que as ferramentas e recursos proporcionaram condições para uma aprendizagem mais significativa, lúdica e atrativa em sala de aula.

A terceira iniciativa foi o projeto Trilhas da Inclusão desenvolvido em parceria com os mestrandos do PROFEI. Neste projeto participaram alunos da graduação e professores da educação básica. O objetivo do projeto foi o de buscar de forma coletiva ações que respondessem aos anseios dos professores em como adaptar os conteúdos curriculares para alunos com deficiência mental, diminuindo as lacunas encontradas nas escolas em relação às adaptações curriculares. O trabalho se fundamentou na premissa de que “um dos grandes desafios da inclusão escolar é justamente favorecer o desenvolvimento específico de um sujeito num contexto coletivo” (Marin e Braun, 2013 p.54), existindo a necessidade e proposição de ações educacionais que culminassem com a personalização do ensino, considerando a forma peculiar que cada aluno possui para aprender.

Figura 4- Projeto Trilhas da Inclusão



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=pLgHwRF3-YU>

As atividades podem ser avaliadas positivamente por meio da adesão de professores ao projeto, o trabalho de forma colaborativa entre os professores e o acervo significativo de atividades adaptadas, as quais se apresentam de grande valia para o contexto escolar e para o processo inclusivo.

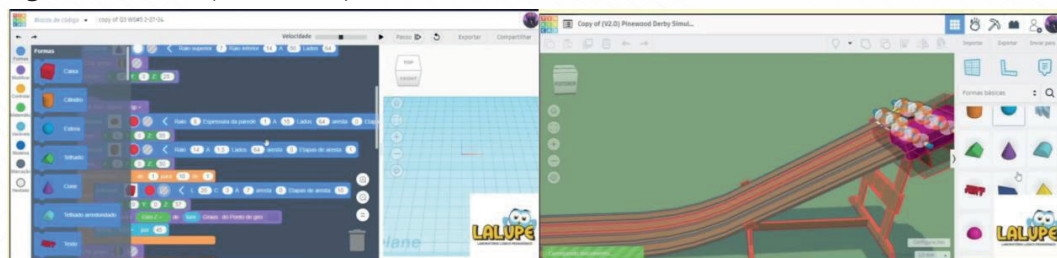
Por fim, a última iniciativa selecionada são cursos virtuais enfocando a robótica educacional, desenvolvidos em parceria com acadêmicos do Curso de Engenharia de Computação, com o objetivo de apresentar ferramentas digitais para a criação de circuitos básicos e aplicações simples com o uso de materiais de baixo custo. As ferramentas gratuitas que ajudaram Professores na aprendizagem de montagem de circuitos e programação foram os softwares *Tinkercad*, *PictoBlox* e *Arduino IDE*.

Optou-se pela apresentação dessas ferramentas tendo em vista que o website *Tinkercad* possui uma ferramenta de simulação de circuitos com uma grande variedade de componentes a disposição do professor, oferecendo modelagem 3D através de programação em blocos. Os jogos com essa estrutura são atrativos e podem contribuir para a aprendizagem de forma inclusiva.

Da mesma maneira, o *PictoBlox* ajuda na criatividade dos alunos e na lógica de programação, podendo fazer projetos de histórias usando programação, como criar personagem na história ou até em jogos simples, como colocar sons dentro do programa usando programação em blocos ou texto em Python (Pictoblox, 2023)

O *Arduino IDE* (Arduino IDE, 2023), por sua vez, é um software apropriado para alunos com mais experiência, onde eles já passaram da etapa em programação em blocos e tem familiaridade com a área de robótica além de oferecer diversas de bibliotecas na produção dos códigos.

Figura 5 – Curso explicativo da ferramenta Tinkercad



Fonte: LALUPE

Os cursos estão em execução e espera-se que a partir da utilização dessas ferramentas, os professores desenvolvam práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou a importância da ludicidade como ferramenta de inclusão e inovação no contexto educacional. As práticas desenvolvidas no LALUPE demonstraram a eficácia das abordagens lúdicas e colaborativas na formação de professores e no desenvolvimento educacional dos alunos, confirmando seu potencial significativo na promoção de uma educação inclusiva e engajadora.

As práticas realizadas, como a adaptação do acervo literário para formato de áudio, por meio de podcasts, destacou-se como uma ação significativa do projeto. Esta iniciativa além de atender às necessidades dos acadêmicos com deficiência visual, também demonstrou o potencial dos podcasts como recurso inclusivo. O feedback positivo dos acadêmicos reforça a importância de continuar investindo em tecnologias acessíveis e inovadoras para a educação inclusiva.

As oficinas digitais e o projeto Trilhas da Inclusão também contribuíram significativamente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. As oficinas digitais, desenvolvidas em colaboração com acadêmicos do curso de Engenharia de Computação, proporcionaram aos professores e acadêmicos

o acesso a novas ferramentas e recursos, facilitando uma aprendizagem mais significativa e lúdica. O projeto Trilhas da Inclusão, por sua vez, promoveu a adaptação dos conteúdos curriculares para alunos com deficiência mental, reforçando a necessidade de personalização do ensino.

Os cursos virtuais enfocando a robótica educacional representaram outra iniciativa de destaque, demonstrando como ferramentas digitais podem ser utilizadas para criar circuitos básicos e aplicações simples com materiais de baixo custo. Essas atividades não apenas enriqueceram a formação dos futuros professores, mas também contribuíram para a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

Enfim, os resultados deste estudo demonstram que a implementação de práticas educativas inovadoras e inclusivas oferecidas tendo a ludicidade como elemento norteador, possui potencial de enriquecer significativamente a experiência educacional, promovendo o engajamento dos alunos e facilitando a inclusão de todos.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. (1998). **Necessidades especiais na sala de aula: um guia para a formação de professores**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Edições UNESCO

ARDUINO IDE, 2023 Disponível em: <https://www.arduino.cc/en/software> Acessado em 11 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394/96. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Lei n.10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, 7 julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

CUNHA, M. I. **Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária**. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Cadernos de pedagogia universitária, caderno 6.) Disponível em: https://prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_6_PAE.pdf

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4906/1/MARLEIDE_SANTOS_CUNHA.pdf

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. **Revista Educar**, Curitiba, Editora da UFPR, n.16, p. 181-191, 2000. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf

FOLTRAN, E.P.; PISACCO, N.M.T, FOLTRAN JR, D.C. Extensão universitária e articulação de saberes: a proposta do LALUPE – laboratório lúdico pedagógico. **Revista Conexão**. Ed. UEPG. v.5, n.1, Jan-dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3768>

KASSAR, M.C.M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios na implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**. Editora UFPR: Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/?format=pdf&lang=pt>

LEITE, T. Formação de Professores para a Inclusão. **Conferência apresentada no Congresso Internacional Escola Inclusiva - Educar e formar para a vida independente**, organizado pela CERCICA, Cascais, 3 dezembro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6818>

LIMA, P. A. Educação Inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MAFORT, Mariane Rentes; RAMOS, Laís Feliciano; FERNANDES-SANTOS, Caroline. Podcast como estratégia de inclusão no ensino superior. **Socarxiv Papers**, [S.L., p. 1-21, 3 maio 2019. Center for Open Science. <http://dx.doi.org/10.31235/osf.io/4vypq>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332849798_Podcast_como_estrategia_de_inclusao_no_Ensino_Superior_Podcast_como_estrategia_de_inclusion_en_la_educacion_superior_Podcast_as_a_strategy_for_inclusion_in_higher_education

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARIN, M.; BRAUN, P. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (Org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

NASCIMENTO, L. B. P. A importância da inclusão escolar desde a educação infantil. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014

OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga de; PLETSCHE, Márcia Denise. Tecnologia como premissa para inovação pedagógica e inclusão de pessoas com deficiência. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 611–629, 2022. DOI: 10.12957/riae.2022.69828. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/69828>. Acesso em: 7 jun. 2024.

PICTOBLOX @2023 Disponível em: <https://pictoblox.ai>. Acessado em 10 maio 2024.

TAVARES, F. G. de O. O conceito de inovação em educação: uma revisão necessária. *Educação*, [S. l.], v. 44, p. e4/ 1–19, 2019. DOI: 10.5902/1984644432311. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/32311>. Acesso em: 7 jun. 2024.

TINKERCAD @2023 Disponível em: <https://www.tinkercad.com> Acessado em 10 maio 2024.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca: UNESCO.1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.